

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES

A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A QUESTÃO SOCIAL NO SÉCULO XXI: exploração do trabalhador, racismo estrutural e a violência no neoliberalismo

THE GLOBALIZATION OF CAPITAL AND THE SOCIAL ISSUE IN THE 21ST CENTURY: worker exploitation, structural racism, and violence in neoliberalism

Fernanda Joyce Ferreira Barroso¹
Letícia Cristina Azevedo de Sousa²
Rodolfo Francisco Soares Nunes³

RESUMO

O trabalho tem como principal objetivo apresentar e problematizar o aumento da exploração do trabalhador sob a ótica do racismo estrutural que teve suas bases solidificadas na fase neoliberal do capitalismo. Ao se relacionar a mundialização e a questão social e voltar o olhar para a dinâmica do século XXI, observa-se que o racismo, enquanto refração da questão social, tem se manifestado cada vez mais sob sua forma mais violenta. A convulsão do capital tem intensificado as lutas dos trabalhadores e, como não seria diferente em uma massa heterogênea, de maneira mais intensa quando se pensa na divisão racial do trabalho. Isto posto, conclui-se que as novas dinâmicas interpretativas do racismo acabam por esconder cada vez mais a floresta por trás das árvores.

Palavras-chave: questão social; neoliberalismo; racismo estrutural; exploração do trabalho.

ABSTRACT

This paper aims to present and problematize the increasing exploitation of workers from the perspective of structural racism, which had its foundations solidified during the neoliberal phase of capitalism. By relating globalization to the social issue and turning attention to the dynamics of the 21st century, it is observed that racism, as a refraction of the social issue, has been increasingly manifesting itself in its most

¹ Mestranda do Programa de Políticas Públicas na Universidade Federal do Maranhão - PPGPP/UFMA. Graduada em Arquitetura e Urbanismo. Bolsista PROEX Capes. E-mail: fernanda.barroso@discente.ufma.br

² Mestranda do Programa de Políticas Públicas na Universidade Federal do Maranhão - PPGPP/UFMA. Graduada em Serviço Social. Bolsista PROEX Capes. E-mail: leticia.azevedo@discente.ufma.br

³ Doutorando do Programa de Políticas Públicas na Universidade Federal do Maranhão - PPGPP/UFMA. Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico. Graduado em Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Bolsista PROEX Capes. E-mail: rodolfo.soares@ufma.br

violent form. The convulsion of capital has intensified the struggles of workers and, as expected in a heterogeneous mass, more intensely when considering the racial division of labor. Therefore, it is concluded that the new interpretative dynamics of racism end up hiding the forest behind the trees more and more.

Keywords: social issue; neoliberalism; structural racism; labor exploitation

1 INTRODUÇÃO

Para retomar a discussão das refrações da questão social no capitalismo em sua etapa mundializada, optou-se por fazer um recorte que articula as questões raciais com a classe trabalhadora global. Essa escolha baseou-se na compreensão de que o Racismo, enquanto produto e processo do Modo de Produção Capitalista (MPC) é um elemento estrutural e institucional que opera na sociedade por ideário historicamente determinado e se constitui em práticas sociais concretas (Almeida, 2019).

Nesse sentido, o objetivo deste artigo reside em apresentar e problematizar o aumento da exploração do trabalhador sob a ótica do racismo estrutural que teve suas bases solidificadas na fase neoliberal do capitalismo. Para cumprir com este objetivo, a pesquisa foi dividida em dois momentos: em primeiro em apresentar as novas configurações do capitalismo no século XXI, argumentando como esta nova dinâmica reverberou no enfrentamento da questão social, principalmente no que diz respeito aos interesses da classe trabalhadora e, em segundo, em demonstrar que a questão racial tem em sua base uma relação indissociável entre a ideia de “raça” produzida socialmente e o racismo como fenômeno estrutural e fonte de violência.

Em termos metodológicos, este trabalho utiliza o materialismo histórico-dialético como método investigativo e analítico, na intenção de contribuir com a elaboração de um material teórico-crítico que percebe a importância da questão racial como eixo central no debate para superar as relações de poder sistematicamente impostas. Por fim, a partir daqui esse artigo está dividido em duas seções alinhadas com o objetivo principal: a primeira intitulada “A luta, as necessidades e os interesses dos trabalhadores com a mundialização do capital” e a segunda “A raça, o racismo e o trabalho: relação indissociável na divisão racial do trabalho”.

2 A LUTA, AS NECESSIDADES E OS INTERESSES DOS TRABALHADORES COM A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

Para situar as necessidades e os interesses dos trabalhadores deve-se entender, primeiramente, o contexto do Modo de Produção Capitalista (MPC) e como se dá a gênese da questão social. Desde os primórdios do MPC a lógica que opera o sistema de acumulação é o de subsunção real do trabalho ao capital e esta lógica permanece na atual configuração do sistema capitalista (Santos, 2017).

Antes de se iniciar a trajetória explicativa, cabe destacar que a questão social surge desta subjunção real. Ademais, é indissociável a gênese da questão social do processo de reprodução e acumulação do MPC. Os efeitos produzidos nesta trajetória reverberam sobre o conjunto de classes trabalhadoras (Iamamoto, 2001).

Quando se considera a relação Estado, Capital e Trabalho deve-se levar em conta a confrontação histórica que assume formas e processos distintos a depender do contexto sócio-histórico (Iamamoto, 2001). Desta maneira, o Estado burguês, ao tratar de políticas sociais públicas, se expressou de maneira distinta nos últimos 100 anos do sistema capitalista.

Tais políticas influenciaram e sofreram influência das necessidades e interesses dos trabalhadores que se apresentaram em um campo de disputa que deve ser analisado sob a lógica dialética da contradição própria do MPC. Isto posto, analisar a questão social no contexto do MPC é analisar, também, as expressões das lutas da classe trabalhadora.

Apesar de ter sua manifestação nos primórdios do sistema capitalista, haja vista a necessidade de produção e reprodução própria de sua lógica de sobrevivência, o recorte temporal a ser feito na presente análise se dará a partir do movimento de mundialização do capital, potencializado pela expansão financeira e pela luta intercapitalista a nível global.⁴

Tratar destas contradições no contexto dos desdobramentos do MPC no último quartel do século XX e no primeiro quartel do século XXI não significa desconsiderar todos os conflitos e dinâmicas anteriores, pelo contrário, trata-se de apresentar como o enfrentamento desta

⁴ Alguns autores preferem utilizar o termo globalização para identificar o presente período. No entanto, adota-se aqui o entendimento de Chesnais que seria redundante tal utilização uma vez que, observada a lógica do capital, seu cerne já possui uma envergadura global. O que acontece a partir da década de 1970, é o aprofundamento das relações de produção no sentido de aumento da exploração nos países e na relação mediante os fluxos de investimento que atingem o patamar mundial e com consequências em igual escala e, mais ainda, em escala local (Chesnais, 1996).

questão social se apresenta com contornos cada vez mais expressivos e manifestos nas necessidades da classe trabalhadora.

Enquanto uma contradição viva, o capital se expressa neste período em sua fase potencialmente fatal, quando se leva em consideração a tendência globalizante do capital transnacional e seu domínio econômico e ideológico dos Estados nacionais sob uma ordem hegemônica estabelecida (Mészáros, 2012).

Isto posto, as necessidades dos trabalhadores e os interesses de classe ainda encontram campo de disputa nas políticas públicas que são regidas (seja diretamente ou indiretamente) pelos Estados nacionais. Mesmo no contexto do capital mundializado, as expressões da questão social se dão no âmbito do território e os interesses dos trabalhadores são influenciados pelo meio econômico e social a que estão imediatamente expostos.

No entanto, a disputa secular entre as classes trabalhadora e capitalista chega em um novo estágio histórico. Torna-se incontornável o afrontamento da contradição fundamental e a limitação estrutural do sistema. Em outras palavras, no âmbito das políticas sociais como resultado do enfrentamento da questão social, a classe trabalhadora enfrenta um campo composto pela burguesia local e, além disso, do capital financeiro internacionalizado e articulado (Iamamoto, 2001; Mészáros, 2012).

As alterações observadas no sistema capitalista têm como fio condutor a finança, que potencializa as mudanças observadas no sistema, desempenhando um papel considerável no capitalismo contemporâneo, se manifesta mediante suas práticas e instituições na busca pela realização do lucro e satisfaz as necessidades dos seus detentores (Brunhoff, 2010). Nas palavras da autora:

A pressão mais forte da concorrência mundializada desempenha no grande papel da centralização econômica e financeira do capital inerente ao 'sistema de crédito', do qual falou Marx [...]. Entretanto, a concorrência fiscal entre Estados para atrair as fortunas importantes se intensifica, mesmo entre participantes da União Europeia (Brunhoff, 2010, p. 70 e 71).

A finança surge como uma grande dinamizadora e gestora da crise da concorrência. Neste sentido, surgem novas formas de propriedade das empresas e das instituições financeiras. Tais relações, apesar de umbilicalmente ligadas, não se dão em plena harmonia e concomitância. As brigas e afagos destes dois setores tem explicação e ajudam a explicar os

movimentos nas lutas de classes (Duménil; Lévy, 2010) e as refrações da questão social que são postas em evidência no presente ensaio.

A alienação – entendida aqui em seu sentido de estranhamento – que antes ocorria no território, agora se dará a nível global. Neste contexto, *paripasu* a esta transformação no mundo do trabalho para acompanhar o processo de reestruturação produtiva, tem-se as organizações internacionais reproduzindo e intensificando a dinâmica de produção nos países dependentes para garantia da reprodução do capital. Neste sentido, Chesnais aponta:

Houve o surgimento de oligopólios mundiais num número crescente de indústrias. Constituídos sobretudo por grupos americanos, japoneses e europeus, eles delimitam entre si um espaço privilegiado de concorrência e de cooperação. Esse espaço é defendido contra entrada de novos concorrentes de fora da área da OCDE [Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico], tanto por barreiras de entrada de tipo industrial, quanto por barreiras comerciais regidas pelo GATT [Acordo Geral de Tarifas e Comércio, substituído pela Organização Mundial do Comércio em 1995]. (Chesnais, 1996, p. 33)

Quando se pensa em uma sociedade que já tem em sua estrutura o racismo como veículo de garantia da produção e reprodução do capital, os desajustes e violência tem nesse processo de mundialização a pujança que reverbera na luta já presente e nas disputas por espaço nas políticas sociais. Outro fator de extrema importância e que justifica a demarcação histórica é o conceito de acumulação flexível enquanto forma de organização da produção na sociedade capitalista contemporânea.

Para David Harvey, o MPC apresentou uma imensa mudança em sua aparência a partir de 1973, embora tenha mantido sua essência estrutural de tendência à crise. Para o autor, as possibilidades criadas pela inclusão de novas tecnologias permitiram uma reconstituição das relações de trabalho e novas formas de organização das bases sociais, econômicas e geográficas em escala global (Harvey, 2008).

Com tais modificações no modo de produção e na organização de setores pelo mundo, a configuração da classe trabalhadora global também sofreu alteração. A nova composição se manifesta em termos de interesses políticos e de consciência. Tem-se, a partir de então, um aumento na base social de ideologias de empreendedorismo, paternalismo e privatismo (Harvey, 2008).

Entende-se a questão social enquanto conjunto de expressões do próprio processo de formação e desenvolvimento da classe trabalhadora que, dado o contexto sócio-histórico e da sua inserção neste cenário político e econômico, poderá se apresentar de diversas formas.

Cabendo, então, entendermos que a questão social é formada pela manifestação da contradição existente e umbilicalmente relacionada à própria confrontação de classes (trabalhadora e capitalista) (Iamamoto; Carvalho, 1995).

Desta maneira, ao analisarmos o todo apresentado até então, temos que a questão social deva ser analisada levando em consideração o contexto do capital mundializado e excludente que, mediante a acumulação flexível como forma de organização produtiva, trouxe novos contornos para a organização e situação da classe trabalhadora.

Toma-se emprestado, também, o conceito marxiano de composição orgânica do capital a qual nos explica que o capital, manifestado em sua lei geral de acumulação, é formado pelas chamadas forças produtivas que, em sua parte variável compreende a força de trabalho adquirida pelo capitalista, e em sua parte constante, formada por todo aparato necessário para produção de mercadorias, denominados meios de trabalho e objetos do trabalho (Marx, 2013a).

Os adjetivos qualificadores do capital referem-se à frequência de pagamento por parte do capitalista aos detentores dos fatores produtivos. A força de trabalho é considerada como capital variável, uma vez que todo ciclo de processo produtivo se faz necessária a aquisição dessa força de trabalho e, uma vez adquirida, ficará a sua utilização condicionada de acordo com a vontade do capitalista. Os meios de trabalho e os objetos de trabalho podem ser utilizados por mais de um ciclo produtivo (Netto; Braz, 2012). A produtividade refere-se, em poucas palavras, à quantidade de mercadorias produzidas pelo fator força de trabalho durante o ciclo de processo produtivo.

Destes conceitos desdobram-se dois elementos: a) a questão social está intimamente ligada à dinâmica do sistema capitalista e como a produção e reprodução está sendo operada; e b) os interesses da classe trabalhadora ganham novos contornos à medida que este capital total se amplia através da superexploração da parte variável.

Tomando a produtividade como régua, é de se esperar que tal métrica seja aplicada de maneira distinta na heterogênea classe trabalhadora. Os ganhos de produtividade, além de irregulares no contexto da Divisão Internacional do Trabalho, também se dão nos mesmos moldes - e acrescidos de violência e de mais exploração - quando recortes de raça e gênero são colocados na análise.

A questão social e, com isso, os interesses da classe trabalhadora a partir da transformação produtiva⁵ que ocorreu no caminhar das décadas de 1970 e 1980, devem ser situados no contexto de lutas contra a retirada de conquistas e conquista de direitos sociais, ganhos de produtividade que ocorreram no primeiro período apontado por Chesnais. Para além disso, tem que se pensar na situação do trabalhador no contexto da Nova Divisão Internacional do Trabalho. Em suma, Oliveira (2015, p. 103) afirma:

A mundialização acabou por redesenhar de maneira acelerada e drástica o mapa mundial econômico, uma vez que sociedades nacionais subordinam-se a uma nova ordem econômica mundial, embora mantenham entre si profundas diferenças.

Também se situa da não conquista e manutenção do *status quo* de uma sociedade racista. Aceitar que há uma luta contra a retirada de conquistas históricas que tiveram na classe trabalhadora o principal ponto de influência ao longo das décadas de 1940 a 1970, não significa, pois, aceitar que os conflitos e demandas de uma parte significativa desta classe foram atendidos. É então que se chega ao recorte de raça do presente estudo.

3 A RAÇA, O RACISMO E O TRABALHO: RELAÇÃO INDISSOCIÁVEL NA DIVISÃO RACIAL DO TRABALHO

Para articular a categoria “raça” com quaisquer outros assuntos, é importante destacar que esta palavra carrega- historicamente- variadas definições. Por linhas de pensamento tradicionais, tinham-se desde a crença que um povo desempenhava um comportamento e qualidades morais por possuir características físicas semelhantes, como tom de pele, até a própria sustentação que o termo não é apropriado para analisar as questões humanas (Aguiar, 2007). Atualmente, o conceito é cientificamente questionado, mas amplamente encontrado nas entrelinhas da naturalização de desigualdades, exclusões e de posições na estrutura social.

⁵ A virada da década de 1970 para a de 1980 compreende um acontecimento de suma importância para entendermos a nova ordem social, que foi a decisão do Federal Reserve (FED) de elevar a taxa básica de juros com vistas a eliminar a inflação interna dos Estados Unidos, que fez com que os países da periferia global, em especial os da América Latina, colapsarem. Dada a tamanha violência política, tal acontecimento pode ser denominado como golpe de 1979 (Duménil; Levy, 2005).

É, portanto, relevante observar que tratar o tema “raça” em uma discussão teórica não é fácil, pelas inúmeras especificidades de questões que a envolvem e, também por entender que ela está associada a um significado simbólico (Aguiar, 2007). Como afirma Aníbal Quijano:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. (Quijano, 2005, p.118)

O que se tem em decorrência disso, do pensamento atrelado a raça como se houvesse diferenças fenotípicas e biológicas entre conquistadores e conquistados, é a formação de identidades historicamente novas (índios, negros e mestiços) e da associação delas com as hierarquias. Dessa forma, ao relacionar “raça e “trabalho” tem-se o interesse em apontar a violência e exploração que a classe trabalhadora sofre nas novas dinâmicas do trabalho, pelas decorrências da ideia de raça, inclusive na concretude de limitar funções e lugares de determinadas identidades na nova estrutura global de controle do trabalho (Quijano, 2005).

Diante desse cenário, encontram-se trabalhadores desempenhando atividades em condições de extrema precariedade e abuso, ao mesmo passo que se naturaliza o racismo. Aliás, ainda segundo o autor Quijano:

[...] ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se. Desse modo, impôs-se uma sistemática divisão racial do trabalho. (Quijano, 2005, p.118)

Dito isso, argumenta-se que o racismo é alimentado dentro do modo de produção capitalista atual para alcançar e conciliar dois objetivos de maximização da acumulação de capital: o de manter, em mínimo, os custos com a produção- inclusive de forma de trabalho- e os custos com agitação política, isto é, limitando a movimentação de protestos da força de trabalho. Assim, o racismo garante a manutenção das relações de dominação de um grupo por outro e pressupõe que estes se mantenham em um sistema de trabalho, sem expulsar alguém dele (Wallerstein; Balibar, 2021).

Em suma, no capitalismo, a hierarquia é algo necessário. Embora não seja inventada por ele, é utilizada e o supera-o (Braudel, 1987). Então, pode-se inferir que as ideias de raça também são utilizadas para garantir hierarquias. Seja pela ótica de análise de raça no centro e na

periferia, por características físicas e fenotípicas, como o tom de pele, ou pela diferentes etnias e povos, as desigualdades que permeiam todas elas são latentes no MPC e reforçam que quem não pertence ao grupo hegemônico será subjugado e explorado.

Desta maneira, encontra-se na “Divisão Racial do Trabalho” questões a se refletir e que carregam o cerne do que foi exposto até o momento: a força de trabalho predominante branca do Centro (Europa, América do Norte, Japão) vive em condições de trabalho com assalariamento e qualificação elevada; na Semiperiferia (América Latina, China, Índia, África do Sul) com formação de identidades mistas, a força de trabalho (mesmo com brancos no topo da hierarquia) vive a base de assalariamento parcial e na informalidade; já na Periferia (América Central, África, Oriente Médio, Ásia Central e Sul), em que a força de trabalho predominante não é branca, tem-se escravidão, subsistência e baixa qualificação (Arrighi, 1997; Quijano, 2005; Wallerstein; Balibar, 2021).

Cabe relembrar que nas esferas mais específicas de cada região, seja na periferia ou não, o racismo se dá também em outras camadas que extrapolam o lugar. Nas ocupações do mercado de trabalho, nas funções e nas formações profissionais é possível identificar onde está a força de trabalho branca e não branca. Um exemplo disso na prática, como bem coloca o professor doutor em Sociologia, Márcio Aguiar (2007, p. 84): “Sabemos que ser negro e branco no Brasil implicam em diferenças de tratamento, por exemplo, no acesso ao mercado de trabalho ou no critério estético”. À vista disso, o racismo é, com certeza, uma fórmula para manutenção de um sistema de opressores e oprimidos e, sobretudo, de violência.

3.1 O Racismo Estrutural como refração da Questão Social

As práticas de exploração que surgiram no âmago do período colonial resultaram em desigualdades econômica e social para a população negra e indígena, cujo impactos se perduram até os dias de hoje. Neste cenário, ressalta-se a violência cotidiana, que concomitantemente fora naturalizada, refletindo no processo de formação da sociedade brasileira, cuja opressão e dominação enquanto mecanismos de poder foram apenas aperfeiçoados. Destarte,

Escravidão e o patriarcalismo são categorias constituintes e atuais no processo de formação da sociedade brasileira, de acordo com as configurações histórico-conjunturais. Sendo assim, não estão descoladas das raízes latentes da nossa questão

social, representada no contexto da colonização pela questão étnica e pelo trabalho forçado, motivo de tantos conflitos sociais e raciais que ainda não foram superados [...] (SILVA, 2008, p. 34).

No que pese a questão social, destaca-se a existência de diversos debates quanto a emergência no processo de formação da sociedade brasileira e suas especificidades. Para Silva (2008), a partir da leitura das obras de Octávio Ianni, a questão social surge no Brasil ainda de forma latente, no período colonial, pois, é possível visualizar as raízes das desigualdades existentes na sociedade. Já, no entendimento de Netto (1992), no Brasil, a legitimidade, do ponto de vista histórico-social, só foi alcançada no século XX, com os trabalhadores assumindo um papel de destaque durante a fase do capitalismo maduro.

Neste sentido, entende-se por questão social, conjunto de desigualdades que surgem no capitalismo, destacando o posicionamento de Iamamoto (2012, p. 160) ao enfatizar que as expressões da questão social são “mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, formações regionais, colocando em causa amplos seguimentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização”. Assim, o racismo estrutural é assimilado como uma das múltiplas refrações da questão social.

Atingindo uma parte considerável da população historicamente oprimida, o racismo surge como mecanismo ideológico de sustentação da exploração, possuindo papel fundamental para o modo de produção capitalista, pautado principalmente na manutenção e produção constante da pobreza, exclusão social, exploração de trabalho e na redução de custos com a força de trabalho, assim, conforme Clóvis Moura (2019, p. 36), a população negra ocupa o lugar da “[...] marginalização, pobreza, discriminação e rejeição social por parte dos grandes segmentos da população brasileira”.

O racismo tem causas sociais, econômicas, política e histórica, que sustentam o seu movimento, e, portanto, é estrutural. Revelado através de práticas que tende a normalizar a superioridade de uma raça em detrimento de outra, se movimentando no inconsciente, moldando e justificando os antagonismos sociais (ALMEIDA, 2015). Portanto, o racismo é uma maneira sistêmica de discriminação, que tem por base a questão racial, evidenciado por meio de ideologias que procuram justificar uma sociedade racialmente discriminatória, culpabilizando aos que são atingindo pelas expressões da questão social, ou seja, a raça se torna um determinante para a subjugação e inferiorização da população negra.

Em meio a este contexto, faz-se necessário pontuar a narrativa do “mito da democracia racial”, que visa mascarar o racismo, a violência e a desigualdade, de tal modo entende-se que trata de,

[..] uma narrativa ideológica que nega a desigualdade racial, conseqüentemente o racismo, afirmando que entre negros e brancos existe uma igualdade de oportunidade. Ao negar o racismo, ele perpetua os estereótipos e preconceitos sobre os grupos étnicos marginalizados, pois somos levados a pensar que se existe igualdade de tratamento, e as desiguais posições socioeconômicas são resultado da incapacidade de negros e índios que possuem culturas subalternas (SANTOS (s/n, p. 3-4).

Desta maneira, a falácia da “democracia racial” em um país de cunho racista, funciona como método de desarticular a consciência crítica, propagando ainda mais a discriminação e ódio contra a população negra, criando mecanismos para relacioná-los a marginalização. Portanto, ignorar ou abster-se de discutir sobre a discriminação e desigualdade racial no Brasil, gera perpetuação do racismo e propagação de estereótipos negativos associados às pessoas negras. Sendo assim, enfatizamos que,

[...] Pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não é um alibi para racistas. Pelo contrário: entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas [...]. E, a mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas. (ALMEIDA, 2019, p. 33-34).

Ou seja, no Brasil, a dimensão racial persiste como um pilar fundamental da sociedade, não apenas como uma refração da questão social. A questão da raça transcende e vai além de aspectos econômicos, políticos e sociais, sendo uma característica estrutural da formação da sociedade brasileira, que até hoje convive com uma mentalidade elitista e racista. Neste contexto, cabe ressaltar a luta antirracista e anticapitalista compreendida como mecanismos necessários para liberta-se das amarras da opressão, violência e exploração que a população negra está diariamente exposta, pois, mesmo pós-período colonial, estes sujeitos ainda são sofrem com um longo histórico de discriminação baseada na cor da pele, permeada por uma ampla gama de violências.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise crítica do impacto da mundialização do capital nos interesses dos trabalhadores revela uma dinâmica complexa, onde a busca incessante por lucro se sobrepõe aos direitos e necessidades dos trabalhadores. Com a Revolução Industrial, as disparidades sociais foram exacerbadas, dando origem ao conceito de "questão social". Embora essa terminologia tenha sido forjada na Europa do século XIX e posteriormente adotada pelo Brasil no século XX, suas raízes remontam ao período colonial, onde a exploração do trabalho forçado de africanos e seus descendentes já evidenciava as formas precoces de desigualdade social.

No contexto da divisão racial do trabalho e do racismo estrutural, torna-se evidente que a exploração capitalista não apenas perpetua, mas também se alimenta das desigualdades raciais, relegando certos grupos étnicos a condições de trabalho precárias e salários injustos, pois, como bem destaca, Ávila (2011, p. 65), "a força de trabalho que se vende é indissociável do corpo que a porta". Desta forma, qualquer abordagem que busque promover uma transformação significativa na condição dos trabalhadores deve confrontar não apenas as disparidades econômicas, mas também as desigualdades raciais arraigadas nas estruturas da formação da sociedade, e sobretudo, no sistema capitalista.

Por fim, mesmo com mudanças no âmbito político e social, ainda é perceptível a questão social como elemento intensificador das contradições inerentes ao capital. Hoje, mesmo sendo constituída como a maioria da população brasileira, negros e negras, ainda são os principais alvos da violência no país, expressados cotidianamente em múltiplas maneiras, dentre elas, o com a manifestação do racismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz. Estado, Direito e Análise Materialista do Racismo. In: Celso Naoto Kashiura Junior; Oswaldo Akamine Junior, Tarso de Melo. (Org.). **Para a Crítica do Direito**: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2015.

ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

ÁVILA. Maria Betânia. As mulheres no mundo do trabalho e a relação corpo e sujeito. **Cadernos de Crítica Feminista**, ano V, nº 4, dez. 2011.

BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Raça, nação, classe: as identidades ambíguas**. Boitempo Editorial, 2021.

BRAUDEL, Fernand. **A Dinâmica do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRUNHOFF, Suzanne de. Finança, Capital, Estados. In BRUNHOFF, Suzanne de et al. (orgs.). **A Finança Capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. A Finança Capitalista: relações de produção e relações de classe. In BRUNHOFF, Suzanne de et al. (orgs.). **A Finança Capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

IAMAMOTO, M. V. CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: um esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**, Ano II, n. 3, p. 09-32 ABEPSS: 2001

MÁRCIO, Mucedula. A Construção das Hierarquias Sociais: classe, raça, gênero e etnicidade. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, v. 1, n. 37, 2007.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013a.

MÉSZÁROS, István. **O Século XXI**: socialismo ou barbárie?. São Paulo: Boitempo, 2012.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012

OLIVEIRA, Valdeir Claudinei de (org.). **Capitalismo e Questão Social**. São Paulo: Pearson, 2015.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (comp.) **A Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, 2005.

SANTOS, Josiane S. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. v. 6. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil**. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

SILVA, Nívia Cristiane Pereira. Questão Social e Questão Racial no Brasil: a visão de Octávio Ianni. **Revista em Pauta**, v.6, n. 23, jul. 2009.